

4 • O PAIS *Constituinte* Domingo, 31/11/85 O GLOBO

Revanche antidemocrática

AINDA FALTA a aprovação, em segundo turno, da emenda constitucional que convoca a Assembléia Nacional Constituinte para o dia 1º de fevereiro de 1986 e já há quem pretenda, antes de qualquer consideração, antecipar-se aos fatos e reduzir o mandato do Presidente José Sarney.

O QUE parecia perfeitamente sepultado — a redução do mandato do Presidente da República por via de emenda constitucional que convocasse eleições para o próximo ano — voltou aos planos dos que foram derrotados no episódio da votação da anistia aos militares punidos por meio dos atos institucionais.

ESSA atitude é apontada por seus próprios autores como uma revanche contra a intervenção do Presidente José Sarney, que evitou a aprovação de uma anistia ampla, geral e irrestrita afastada da realidade brasileira, uma vez que no seu rastro de benevolência feria a própria organização das Forças Armadas.

DURANTE as negociações entre as lideranças dos partidos e os representantes dos Ministérios militares, um deputado sem partido, Wilmar Pallis (RJ), conseguiu reunir o número de assinaturas necessário para a apresentação de emenda constitucional que convoca eleições diretas para a Presidência da República no ano que vem.

COMO ERA de esperar-se, essa emenda logo obteve o apoio entusiasmado do PDT do Governador Brizola, assim como de setores descontentes do PMDB e do PFL, do PDS malufista e naturalmente do PT. Segundo os promotores da iniciativa, neste instante somente o Senado teria condições de barrar a sua pretensão, que contaria já com o apoio de 240 deputados.

ASSIM como as coisas estão postas, é preciso atentar-se para o fato muito claro de que nesta altura dos acontecimentos, quando a sociedade nacional apresta-se a eleger uma Assembléia Nacional

Constituinte, a apresentação de tal emenda constitucional, de objetivo escancaradamente oportunista, caracteriza um golpe de Estado parlamentar e representa a renúncia aos compromissos assumidos em praça pública por ocasião da memorável campanha democrática de Tancredo Neves.

A MENOS que se queira acrescentar ao processo político brasileiro mais uma porção contudente de confucionismo, parece claro que não se justifica a apresentação de emenda constitucional para resolver um problema que se defere por índole à Assembléia Nacional Constituinte.

O CONGRESSO Nacional certamente não cairá na tentação de desafiar o sentimento nacional e a capacidade de reação das instituições zeladoras da paz e da ordem no País com a insistência em perpetrar tal golpe, pois lhe escasseia poder para abreviar o mandato presidencial.